

Tabela 1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

ESTADO DO TOCANTINS - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 SETEMBRO/2010 A AGOSTO/2011

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS SET / 2010 A AGOS / 2011	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	192.641.447,73	-
Pessoal Ativo	192.641.447,73	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	-	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	15.304.252,89	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	15.278.524,30	-
Despesas de Exercícios Anteriores	25.728,59	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-	-
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	177.337.194,84	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		177.337.194,84
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	4.378.998.395,53	
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	4,05	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - < 6 % >	262.739.903,73	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - < 5,7 % >	249.602.908,55	

FONTE: RCL POSIÇÃO EM 30 NOVEMBRO DE 2009

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
 b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.


 Des. Jacqueline Adorno
 Presidente
 CPF nº. 434.042.941-49


 Sidney Araujo de Sousa
 Controlador Interno
 CPF Nº 355.271.101-53


 Maristela Alves Rezende
 Diretora Financeira
 CPF nº. 061.722.868-03


 Manoel Lindomila A. Lucena
 Contador
 CRC DE-9642/T-TO

ESTADO DO TOCANTINS - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º QUADRIMESTRE / 2011

LRF, art. 48 - Anexo VII

RS 1,00

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	177.337.194,84	4,05
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - < 6 % >	262.739.903,73	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - < 5,70 % >	249.602.908,55	5,70
DÍVIDA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas		
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Valor Apurado nos Demonstrativos respectivos		

FONTE:


 Des. Jacqueline Adorno
 Presidente
 CPF nº. 434.042.941-49


 Maristela Alves Rezende
 Diretora Financeira
 CPF nº 061.722.868-03


 Sidney Araujo de Sousa
 Controlador Interno
 CPF Nº 355.271.101-53


 Manoel Lindomar A. Lucena
 Contador
 CRC DF-9642/T-TO